

# Workshop Cessão de Contratos

## Qualificação Jurídica

*Superintendência de Promoção de Licitações*

*Coordenação Jurídica*

*07 de abril de 2021*



**anp**  
Agência Nacional  
do Petróleo,  
Gás Natural e Biocombustíveis

- A qualificação jurídica compreende a análise de documentação para comprovação da regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.
- É realizada com base nas regras do edital de licitações mais recentemente aprovado pela Diretoria Colegiada da ANP anteriormente ao protocolo do requerimento:
  - a) Edital da **16ª Rodada de Licitações**, quando a cessão versar sobre contratos de concessão de **blocos marítimos**;
  - b) Edital de Licitações da **Oferta Permanente**, quando a cessão versar sobre contratos de concessão de **blocos terrestres** e de **áreas inativas com acumulações marginais**;
  - c) Edital da **6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção**, quando a cessão versar sobre **contratos de partilha de produção**.

## 1. Documentos societários

a) Atos constitutivos (**Estatuto** ou **Contrato social**): alterações ou a consolidação, contendo as disposições mais atuais e em plena vigência, arquivados no registro de comércio competente (Junta Comercial)

Objeto social adequado às atividades de E&P

b) **Comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais (mais recentes atos relacionados à eleição/nomeação de tais representantes, caso aplicável)**

Prejudicam a eficácia de documentos assinados por representantes legais/credenciados

c) **Comprovação do atendimento a eventuais condições para o exercício dos poderes pelos representantes (assinaturas conjuntas de diretores, autorização dos sócios ou do conselho de administração para a prática de determinados atos, inclusive a assinatura de contratos, entre outras)**

## 1. Documentos societários

d) **Declaração de Atualidade dos Atos Societários** (modelo), mediante a qual declara-se: (i) a apresentação de cópia da versão mais atual do contrato ou estatuto social com as disposições vigentes; (ii) a comprovação dos poderes e dos nomes dos representantes legais; e (iii) o atendimento a eventuais condições ao exercício dos poderes dos representantes, na forma prevista nos atos constitutivos, caso aplicável

## 2. Procuração para nomeação de representantes credenciados (modelo)

Caso a interessada pretenda alterar a relação de representantes credenciados, deverá apresentar nova procuração, a qual revogará a procuração previamente apresentada.

Representantes legais que atuarão no processo de cessão também deverão ser nomeados como representantes credenciados por meio da procuração, ainda que tais representantes possuam poderes outorgados por meio dos documentos societários da cessionária/nova operadora/concessionária ou contratada garantida.

## 3. Organograma

Organograma detalhando **toda a cadeia de controle do grupo societário** devendo constar o respectivo percentual das quotas ou ações com direito a voto de cada uma das pessoas, naturais ou jurídicas, integrantes do referido grupo

Entende-se por **grupo societário** o conjunto das pessoas jurídicas:

- a) Integrantes de um grupo formal;
- b) vinculadas por relação de controle comum, direto ou indireto.

## 3. Organograma

Deve trazer informação de que abrange **toda a cadeia de controle do grupo societário**.

Deve conter título, ser datado e assinado pelo representante credenciado (Oferta Permanente: título “Organograma do Grupo Societário”).

Inclui pessoas naturais, sociedades estrangeiras e sociedades que atuam em outro ramo de atividades.

Interessada que não seja controlada ou não controle qualquer outra pessoa jurídica, e que nenhum de seus sócios controle qualquer outra pessoa jurídica, pode substituir a estrutura gráfica do organograma por declaração nesse sentido.

## 4. Termo de Confidencialidade (modelo)

Estão dispensadas a nova operadora, a pessoa jurídica garantida e a cessionária que já figurar como concessionária/contratada do contrato cedido ou pertencer ao mesmo grupo societário da cedente

## 5. Declaração de ausência de impedimentos para assinatura do contrato de E&P (modelo)

## 6. Declaração sobre pendências legais ou judiciais relevantes (modelo)



## 7. Comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de inscrição no CNPJ.

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

c) Certificado de Regularidade do FGTS.

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou positiva com efeito de negativa.

## 7. Comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista

Documentos serão obtidos pela ANP mediante acesso às bases de dados dos órgãos públicos responsáveis pela emissão

A interessada é responsável por manter sua regularidade fiscal e trabalhista, devendo sanar previamente eventuais pendências de sua parte para a emissão dos documentos.

**Muito Obrigado !**